

País tenta obter logo US\$ 2 bi do FMI

F. Gualberto 30.07.90

As autoridades brasileiras vão tentar obter junto ao FMI um financiamento superior a US\$ 1,4 bilhão a que o País tem direito com base em sua cota em direitos de saques (DES). Segundo o embaixador e negociador da dívida, Jório Dauster, o valor pretendido de US\$ 2 bilhões será negociado com o chefe da missão, Thomas Reichman, que chega ao Brasil provavelmente no dia 5 próximo. Nos últimos cinco anos (de 85 a 89) o País transferiu US\$ 4,7 bilhões e em 90 deve enviar US\$ 1 bilhão, em juros e amortização, sendo que essas transferências foram líquidas, isto é, pagamos mais do que recebemos.

Dauster condicionou a capacidade de pagamento da dívida externa ao resultado das contas públicas e do ingresso de dinheiro novo por parte de instituições como o próprio Fundo Monetário Nacional, Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Se o governo utilizar suas reservas cambiais para pagar os juros devidos aos bancos credores o País ficará numa situação de penúria", insistiu Dauster. Os juros devidos aos bancos credores já acumulam cerca de US\$ 6 bilhões contra reservas internacionais de US\$ 7,5 bilhões. E até o final do ano os atrasos serão de cerca de US\$ 10 bilhões, incluindo os inéditos US\$ 2 bilhões com o Clube de Paris, que reúne os países credores.

A capacidade de pagamento da dívida externa dependerá do resultado das contas públicas e do ingresso de dinheiro novo por parte de instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), disse ontem o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster. "Se o governo utilizar suas reservas cambiais para pagar os juros devidos aos bancos credores o País ficará diante de uma situação de penúria", insistiu Dauster. Os juros devidos aos bancos credores já acumulam cerca de US\$ 6 bilhões contra reservas internacionais de US\$ 7,5 bilhões. Até o final do ano os atrasos serão de cerca de US\$ 10 bilhões, incluindo os inéditos US\$ 2 bilhões com o Clube de Paris, que reúne os países credores.

Jório Dauster convocou uma entrevista para falar da chegada da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que pela primeira vez discutirá a hipótese de fechamento das contas externas brasileiras sem computar os atrasos com os bancos credores. Os técnicos do Fundo iniciam reuniões formais hoje, no Banco Central, quando conhecerão os interlocutores do go-

verno brasileiro durante as três semanas de coleta de dados. Para cada uma das áreas — externa, cambial e fiscal — será destacado um coordenador para a discussão dos números sobre o desempenho da economia brasileira, a partir do programa de estabilização.

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, comentou, ontem, que a expectativa do governo é de que seja possível assinar um acordo "stand by" com o FMI com prazo de validade de 18 meses, com a liberação, neste período, de, pelo menos US\$ 1,4 bilhão, porque nas negociações se tentará obter um volume maior de recursos da instituição.

O embaixador, por sua vez, insistiu em que a negociação com o Fundo não implicará em um pagamento, mesmo que simbólico, dos juros atrasados com os bancos credores. "Não existe um artigo no estatuto do fundo que diga que só há acordo depois do pagamento dos atrasados", ponderou. Não é a intenção do governo, segundo Jório Dauster, manter os atrasados indefinidamente. "Pretendemos retomar as negociações com os bancos o mais rápido possível. O taxímetro está rodando e o que buscamos é uma negociação que propicie a redução do estoque da dívida um novo perfil de pagamento".

Estratégia

A estratégia de negociação, portanto, está apenas esboçada. Com os organismos internacionais, por exemplo, o que se busca é reverter uma situação que prevaleceu nos últimos anos: a exportação líquida de capitais. Ou seja, todo o dinheiro que o País recebia de instituições como FMI, Bird e Bid era menor que o volume de pagamentos. O governo Collor de Mello quer mudar esta situação, como adiantou o negociador da dívida, citando o exemplo do FMI. No período de 1985 a 1989 o Brasil remeteu cerca de US\$ 4,7 bilhões. Apenas este ano, o governo remeterá líquido (diferença entre o que recebe e o que tem como débito junto a instituição) outro US\$ 1 bilhão. "Nós agora queremos uma balança positiva ao Brasil, porque o FMI se transformou em um recipiente líquido de recursos brasileiros", resumiu Dauster.

O presidente do Banco Central, também como o negociador da dívida, evita fixar uma data para a retomada dos pagamentos. Ibrahim Eris prefere concentrar suas declarações na necessidade de o País encontrar uma solução definitiva para o problema da dívida externa. "Devemos calcular realisticamente nossa capacidade de pagamento, dentro dos objetivos do governo".



Dauster condiciona pagamento da dívida ao resultado das contas públicas e a novos crédito